

**LEI Nº 667, DE 31 DE JANEIRO DE 1967.**

O **INTERVENTOR NO MUNICÍPIO DE ALEGRE**, nomeado na forma da Lei: Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica constituída, com personalidade própria, de natureza autárquica, sob a jurisdição desta Prefeitura, e com sede na cidade de Alegre, neste Estado, uma Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Alegre, com autonomia administrativa, financeira e didática, que será exercida na forma de seus Estatutos.

**Art. 2º** - A administração da Faculdade de Filosofia caberá a um Diretor, de comprovada capacidade intelectual e idoneidade moral e escolhido do Prefeito Municipal de uma lista de três nomes indicados pela Congregação da Faculdade, entre professores de ensino superior efetivos e em exercício, eleitos em escrutínio secreto, podendo ainda o Diretor, cujo mandato será de dois anos, ser reconduzido ao cargo por mais um período.

**Art. 3º** - Ao Diretor caberá superintender todos os serviços e negócios da autarquia, além dos de natureza didática; representá-la em juízo ou fora dele.

**Art. 4º** - Enquanto não existir a Congregação da Faculdade de Filosofia, legalmente constituída, o Executivo Municipal nomeará, em comissão, pelo prazo de um ano, o Diretor do estabelecimento que elaborará os Estatutos e o Regimento Interno da Faculdade, organizará o seu Quadro de Pessoal, fixando-lhes os vencimentos, atos de que dará conhecimento ao Poder Executivo do Município.

**§ Único** - Fica o Diretor autorizado a tomar, junto ao Conselho Estadual de Educação, todas as providências que se fizerem necessárias ao funcionamento da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Alegre, ainda no corrente ano, se possível.

**Art. 5º** - No término de cada período letivo, o Diretor da Autarquia (Faculdade) encaminhará à Congregação, para ser apreciada e aprovada, a prestação de contas de suas atividades didáticas, econômicas e financeiras, relacionados com o exercício findo.

**§ Único** - O parecer da Congregação, no que referir à parte econômico-financeira, será remetido ao Prefeito Municipal a fim de ser encaminhado à apreciação da Câmara Municipal.

**Art. 6º** - A Faculdade se regerá por Estatutos próprios, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional, contendo a discriminação, competências e atribuições dos diversos órgãos de sua administração, bem como a definição da responsabilidade dos respectivos dirigentes.

**Art. 7º** - A Receita da Faculdade será constituída de subvenções e auxílios da Prefeitura Municipal de Alegre, Estado e União, assim como das anuidades estabelecidas para seus alunos.

**Art. 8º** - A despesa geral será prevista através de orçamento elaborado todos os anos pelo Diretor, com a colaboração da Congregação, não devendo exceder da previsão da receita.

**Art. 9º** - O Orçamento Geral da Faculdade e o Balanço Anual das atividades obedecerão às normas previstas para a contabilidade pública.

**Art. 10** - Fica o Poder Executivo autorizado a subvencionar a Faculdade como sua participação econômico-financeira com a quantia de 3% (três por cento), correspondente ao total da Receita Tributária do Município

**§ 1º** - O Prefeito Municipal poderá aumentar a percentagem se for necessário, com aprovação do Legislativo Municipal.

**§ 2º** – O Poder Executivo fica autorizado a adiantar ao Diretor, para as despesas iniciais da instalação da Faculdade, os recursos necessários até a quantia de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros ).

**Art. 11** – Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir terreno necessário à construção da Faculdade de Filosofia, podendo também desapropriar qualquer outra área que considerar de interesse, na forma da lei, devendo ainda providenciar a verba, planta e construção da sede própria.

**Art. 12** – Enquanto a Faculdade de Filosofia não possuir sede própria, poderá funcionar a título precário, em estabelecimento do Estado ou particulares, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

**Art. 13** – Fica o Poder Executivo do Município autorizado a regulamentar a presente Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre, 31 de janeiro de 1967.

**JOSÉ DE AZEVEDO MIRANDA**  
**Interventor Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.